

CONSELHOS

- Garantir a digitalização integral dos serviços prestados pelos conselhos de medicina (CFM e CRMs), eliminando a necessidade de deslocamento do médico às sedes e delegacias regionais dos conselhos;
- Disponibilizar gratuitamente ao médico uma plataforma de prontuário eletrônico pelo CFM, facilitando a gestão eficiente e segura das informações clínicas dos pacientes;
- Propor a isenção de cobrança de taxa de anuidade de empresas médicas que tenham finalidade exclusiva de recebimento de honorários;
- Propor o congelamento da anuidade do conselho, já que o aumento do número de médicos inscritos a cada ano proporciona o aumento das receitas.

FORMAÇÃO MÉDICA

- Combater a abertura indiscriminada de novas escolas médicas sem a estrutura e qualidade adequada;
- Defender o SAEME (Sistema de acreditação das escolas médicas) como modelo obrigatório de avaliação das escolas médicas, propondo sanções rigorosas para as instituições reprovadas;
- Propor no congresso, via Frente Parlamentar da Medicina, a criação do exame nacional de proficiência em medicina, condicionando a aprovação neste como critério indispensável para o registro do formando junto aos CRMs;
- Defender o Revalida como única via para que profissionais formados no exterior possam exercer a medicina no Brasil, garantindo o cumprimento dos padrões e competências exigidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelo Ministério da Educação (MEC);
- Apoiar a residência médica como principal forma de especialização médica, e lutar pela revogação do decreto nº 11.999, que reduziu a participação das entidades médicas na Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM);
- Defender uma bolsa de residência mais justa, compatível com as responsabilidades dos profissionais residentes, e propor um desconto de 50% na anuidade do conselho para os médicos residentes;
- Propor a criação de adicional de preceptor para profissionais que atuam em hospitais com residência médica.

PUBLICIDADE MÉDICA

- Propor a revisão da resolução sobre publicidade médica (2.336/23), ampliando suas possibilidades, facilitando a livre concorrência, de forma responsável e ética.

TELEMEDICINA

- Apoiar o bom uso das ferramentas digitais, a evolução tecnológica, e a telemedicina, com responsabilidade e diretrizes técnicas e éticas, aproveitando seu potencial para aumentar o acesso da população à saúde, principalmente em localidades afastadas dos grandes polos de medicina;
- Apoiar a resolução vigente sobre Telemedicina (2.314/22).

MERCADO DE TRABALHO

- Propor políticas que visem aperfeiçoar as condições de trabalho dos médicos, com ênfase em melhorias da infraestrutura das unidades de saúde, garantias do recebimento dos honorários, e promoção da segurança no ambiente de trabalho.
- Incentivar a valorização da carreira médica, com programas de capacitação contínua e incentivos à especialização;
- Defender veementemente a Lei do Ato Médico (12.842/2013);
- Apoiar a criação de um piso salarial nacional da medicina, conforme PL 1.365/2022, promovendo debates com o Legislativo, sindicatos médicos, entidades representativas, gestores de saúde, poder público e outros setores relevantes;
- Propor, via frente parlamentar da medicina no congresso, a criação da carreira médica de estado, melhorando a distribuição dos profissionais pelas regiões do país, diminuindo a influência política nas contratações, e promovendo uma remuneração mais justa e adequada;
- Combater a "pejotização" dos contratos médicos;
- Batalhar para a criação da Delegacia especializada em Combate à Crimes Relacionados à Saúde, que investigue tanto os casos de agressão aos profissionais, como o exercício ilegal da medicina, o descumprimento da lei do ato médico, dentre outros.

CIÊNCIA

- Valorizar a medicina baseada em evidências como abordagem essencial e norteadora para a prática clínica, garantindo que as decisões médicas sejam baseadas nas melhores evidências disponíveis, equilibradas pela experiência clínica e pelas preferências dos pacientes, resultando em um cuidado de saúde mais eficaz, seguro e centrado no paciente;
- Elaborar/atualizar os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para as patologias de maior prevalência no Brasil, pautadas nos conceitos da medicina baseada em evidências, e disponibilizar para os médicos tais protocolos em um aplicativo prático e gratuito do CFM;
- Propor uma reflexão ampla sobre os erros e acertos obtidos na Pandemia do COVID-19;
- Investir na educação continuada dos médicos, garantindo sua atualização clínica, os preparando para lidar com os avanços tecnológicos e científicos;
- Buscar parcerias com cursos consagrados de educação médica (ACLS, ATLS, PALS e outros) para viabilizar atualização médica com valores reduzidos;
- Viabilizar o acesso dos médicos a uma plataforma científica (a exemplo do UpToDate) de forma gratuita, garantindo atualizações sobre diagnósticos, tratamentos, diretrizes clínicas e pesquisas médicas.

SUS

- Participar ativamente dos debates sobre políticas públicas de saúde, em todas as esferas, contribuindo para a ampliação do acesso da população, e melhoria do sistema de saúde como um todo;
- Propor medidas para combater à corrupção e ao mau uso dos recursos destinados à saúde pública, assegurando eficiência e transparência em sua aplicação;
- Defender na Comissão de Assuntos Políticos do CFM, políticas que promovam a integralidade na saúde pública, através de ações como incentivo à vacinação, prevenção de doenças, promoção de hábitos saudáveis na sociedade, dentre outras;
- Defender a unificação do prontuário eletrônico no SUS, dando o primeiro passo em direção ao prontuário nacional unificado (CPF da saúde, que unificaria todo prontuário do paciente, tanto na rede pública com privada, como vem ocorrendo em países como Inglaterra, EUA, Canadá, França, dentre outros);
- Combater planos de saúde populares, que deixam a responsabilidade dos internamentos para o SUS;
- Defender a revisão da tabela SUS baseada na CBHPM.

ÉTICA

- Defender o código de ética médica, reforçando a transparência nas práticas profissionais, garantindo a qualidade e a integridade dos serviços prestados à população;
- Realizar a defesa ética da vida e o combate ao feticídio, apoiando a Resolução do CFM 1.134/24, e o PL 1.904/24, no que diz respeito à defesa do direito à vida fetal, observando a temporalidade e a definição médica de aborto, não adentrando nas atribuições exclusivas do congresso nacional;
- Buscar, junto a segunda vice-presidência do CFM (responsável pela revisão das resoluções), ajustes em resoluções ainda conflituosas do ponto de vista jurídico, a exemplo da resolução 2332/19, que versa sobre recusa terapêutica.



&

**GABRIEL KAUARK
MARCOS PAVIONE****Renova, Sergipe!**
Com ética e ciência!